

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No final do exercício, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 291,3 milhões, correspondendo a R\$ 12.437,32 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3,1 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 9,56% sobre o Patrimônio Líquido médio. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos.

Em 27 de fevereiro e 15 de dezembro de 2015 foram provisionados Juros Sobre o Capital Próprio aos acionistas, no montante de R\$ 26,7 milhões, pagos em 4 de março de 2015 e R\$ 150,0 milhões pagos em 30 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, o total de Ativos somava R\$ 97,7 bilhões, destacando-se R\$ 56,3 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 3,0 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente. O total de captações estava representado por R\$ 91,0 bilhões de Debêntures e R\$ 0,8 bilhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 2,6 bilhões. A Instituição possuía 448.396.214 debêntures de sua própria emissão em tesouraria no valor de R\$ 8,9 bilhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no exercício, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil			
	2015	2014	
ATIVO			
CIRCULANTE	91.361.903	82.221.713	
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2.378	4.874	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	56.228.344	55.222.801	
Aplicações no Mercado Aberto	26.443.116	31.578.957	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.785.228	23.643.844	
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	34.974.107	26.817.834	
Carteira Própria	34.926.998	26.760.319	
Vinculados à Prestação de Garantias	47.109	57.515	
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(12.459)	(71.431)	
Operações de Arrendamentos a Receber:			
- Setor Privado	1.414.377	1.870.326	
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.316.211)	(1.798.520)	
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(110.625)	(143.237)	
OUTROS CRÉDITOS	127.303	207.951	
Rendas a Receber	38	42	
Diversos (Nota 8)	127.265	207.950	
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(41)	
OUTROS VALORES E BENS	42.230	39.684	
Outros Valores e Bens	104.532	96.032	
Provisões para Desvalorizações	(62.302)	(56.348)	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	814.659	655.515	
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	44.681	806	
Aplicações no Mercado Aberto	43.767	806	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	914	-	
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(68.713)	(90.381)	
Operações de Arrendamentos a Receber:			
- Setor Privado	1.444.822	2.158.112	
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.444.627)	(2.157.939)	
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(68.908)	(90.554)	
OUTROS CRÉDITOS	838.272	744.479	
Diversos (Nota 8)	838.272	744.479	
OUTROS VALORES E BENS	419	611	
Despesas Antecipadas	419	611	
PERMANENTE	5.511.523	7.040.284	
INVESTIMENTOS (Nota 9)	54.365	50.451	
Participações em Coligadas:			
- No País	47.550	43.636	
Outros Investimentos	26.394	26.394	
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)	
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	2.962	3.823	
Imóveis de Uso	25.056	25.056	
Outras Imobilizações de Uso	155	155	
Depreciações Acumuladas	(22.249)	(21.388)	
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Notas 7)	5.454.196	6.986.010	
Bens Arrendados	8.351.674	10.546.184	
Depreciações Acumuladas	(2.897.478)	(3.560.174)	
TOTAL	97.688.085	89.917.512	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 2014	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.448.430	12.085.256	10.870.625
Operações de Crédito (Nota 7g)	48.987	82.692	95.357
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	1.084.935	2.291.192	2.904.445
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	5.314.508	9.711.372	7.870.823
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.202.608)	(11.612.409)	(10.184.394)
Operações de Captações no Mercado (Nota 11c)	(5.346.542)	(9.787.329)	(7.937.993)
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 12b)	(1.329)	(3.213)	(6.038)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7h)	(879.366)	(1.859.416)	(2.372.727)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	24.629	37.549	132.364
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	245.822	472.847	686.231
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(35.879)	(103.203)	(96.223)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(32.166)	(57.759)	(46.830)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(17.022)	(40.379)	(38.704)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	2.129	3.951	3.157
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	149.627	190.190	61.942
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(138.447)	(199.206)	(75.788)
RESULTADO OPERACIONAL	209.943	369.644	590.008
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)	(22.914)	(41.886)	(41.096)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	187.029	327.758	548.912
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)	19.365	(36.451)	(149.355)
LUCRO LÍQUIDO	206.394	291.307	399.557
Número de ações (Nota 15a)	23.422	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$	8.811,97	12.437,32	17.059,05

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2015	Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 2014	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	187.029	327.758	548.912
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	718.062	1.664.182	2.219.593
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(24.629)	(37.549)	(132.364)
Depreciações e Amortizações	671.907	1.456.928	1.936.470
Provisões/(Reversões) Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(98.626)	(86.113)	22.442
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(2.129)	(3.951)	(3.157)
Insuficiência de Depreciação	149.189	298.485	359.747
Provisão para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	22.350	36.382	36.455
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	905.901	1.991.940	2.768.505
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(6.202.659)	6.030.664	(4.673.546)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros	(5.516.032)	(8.156.273)	(10.614.653)
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(45.641)	(43.131)	9.253
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(48.074)	(48.135)	(119.874)
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(38.287)	(222.739)	(940.282)
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(28.797)	(65.127)	(58.262)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(85.137)	(238.819)	(310.045)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(103.431)	(197.156)	(193.278)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(11.162.967)	(948.776)	(14.132.182)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	-	-	27
Dividendos Recebidos	-	30	21
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos	-	30	48
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	13.290.874	8.202.027	8.921.073
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(153.000)	(175.695)	(2.106.450)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos	13.137.874	8.026.332	6.814.623
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.974.907	7.077.586	(7.317.511)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	13.829.728	8.727.049	16.044.560
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	15.804.635	15.804.635	8.727.049
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.974.907	7.077.586	(7.317.511)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial	
		Legal	Reserv. Estatutária	Lucros Acumulados	Própria	Totais
Saldos em 30.6.2015	2.290.000	233.760	517.678	-	-	3.041.438
Lucro Líquido	-	-	-	206.394	-	206.394
Destinações - Reservas	-	10.320	46.074	-	(56.394)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)
Saldos em 31.12.2015	2.290.000	244.080	563.752	-	-	3.097.832
Saldos em 31.12.2013	2.290.000	209.536	2.064.132	9	-	4.563.677
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(9)	-	(9)
Dividendos Declarados	-	-	(1.803.000)	-	-	(1.803.000)
Lucro Líquido	-	-	-	-	399.557	399.557
Destinações - Reservas	-	19.978	202.579	-	(222.557)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(177.000)	(177.000)
Saldos em 31.12.2014	2.290.000	229.514	463.711	-	-	2.983.225
Lucro Líquido	-	-	-	-	291.307	291.307
Destinações - Reservas	-	14.566	100.041	-	(114.607)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(176.700)	(176.700)
Saldos em 31.12.2015	2.290.000	244.080	563.752	-	-	3.097.832

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2015	%	2015	%	2014	%
1 - RECEITAS	6.461.325	3.166,2	12.071.903	3.279,2	10.948.047	1.863,2
1.1 - Intermediação Financeira	6.448.430	3.160,5	12.085.256	3.282,8	10.870.625	1.850,0
1.2 - Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	24.629	12,1	37.549	10,2	132.364	22,5
1.3) Outras	(11.734)	(5,8)	(50.902)	(13,8)	(54.942)	(9,3)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.227.237)	(3.051,8)	(11.649.958)	(3.164,6)	(10.316.758)	(1.755,7)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(31.752)	(15,5)	(56.898)	(15,5)	(45.936)	(7,8)
Serviços Técnicos Especializados	(10.256)	(5,0)	(21.754)	(5,9)	(9.988)	(1,7)
Jurídicas Processuais	(8.532)	(4,2)	(16.503)	(4,5)	(18.732)	(3,2)
Serviços do Sistema Financeiro	(2.897)	(1,4)	(5.573)	(1,5)	(3.112)	(0,5)
Processamento de Dados	(2.830)	(1,4)	(4.001)	(1,1)	(4.444)	(0,8)
Apreensão de Bens	(835)	(0,4)	(1.832)	(0,5)	(3.755)	(0,6)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(770)	(0,4)	(1.347)	(0,4)	(1.594)	(0,3)
Serviços de Terceiros	(61)	-	(161)	-	(322)	(0,1)
Contribuições Filantrópicas	(2.478)	(1,2)	(2.478)	(0,7)	(3.142)	(0,5)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(46)	-	(88)	-	(275)	-
Outras	(3.047)	(1,5)	(3.161)	(0,9)	(572)	(0,1)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	202.336	99,2	365.047	99,1	585.353	99,7
5 - DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(414)	(0,2)	(861)	(0,2)	(894)	(0,2)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	201.922	99,0	364.186	98,9	584.459	99,5
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.129	1,0	3.951	1,1	3.157	0,5
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	2.129	1,0	3.951	1,1	3.157	0,5
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	204.051	100,0	368.137	100,0	587.616	100,0
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	204.051	100,0	368.137	100,0	587.616	100,0
9.1) Impostos, Taxas e Contribuições	(2.343)	(1,1)	76.830	20,9	188.059	32,0
Federais	(7.516)	(3,6)	69.188			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

l) Imobilizado de uso
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado o custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:
• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando ganho com praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

m) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

n) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

b) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	2015			2014		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos para negociação (3)	30.347.278	330.614	244.394	4.051.821	34.974.107	-
Letras financeiras do tesouro	220.591	325.767	231.588	3.902.482	4.680.426	2
Debêntures	-	4.847	-	149.339	154.186	-
Letras do tesouro nacional	18.933.706	-	12.806	-	18.946.512	-
Notas do tesouro nacional	11.192.981	-	-	-	11.192.981	-
Total em 2015	30.347.278	330.614	244.394	4.051.821	34.974.107	2
Total em 2014	24.307.005	241.522	503.151	1.766.156	34.974.105	2

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

No encerramento do exercício a Bradesco Leasing possuía R\$ 34.926.998 mil (31.12.2014 - R\$ 26.760.319 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	6.686.505	6.037.189
Títulos de renda fixa	3.024.867	1.833.610
Títulos de renda variável	-	24
Total	9.711.372	7.870.823

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Análise de sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

Carteira Trading: composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira Banking: composta por operações não classificadas na Carteira Trading, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedges*.

	Carteira Banking (1)					
	Dezembro/2015			Dezembro/2014		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(87)	(34.059)	(64.996)	(158)	(49.676)	(95.452)
Cupom cambial	(1)	(70)	(139)	-	-	-
Moeda estrangeira	(132)	(3.311)	(6.621)	-	-	-
Renda variável	(388)	(9.705)	(19.410)	-	-	-
Soberanos/eurobonds e treasuries	(1)	(1)	(1)	-	-	-
Total sem correlação	(609)	(47.146)	(91.167)	(158)	(49.676)	(95.452)
Total com correlação	(384)	(34.116)	(65.238)	(158)	(49.676)	(95.452)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

	Curso anormal						Total em 2015 (C)	Total em 2014 (C)	Total geral em	
	Parcelas vencidas								2015 (A+B+C)	2014 (A+B+C)
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
Operações de arrendamento mercantil	11.147	10.926	9.901	26.771	42.787	81.691	183.223	249.356	2.969.570	4.146.322
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.377
Total em 2015	11.147	10.926	9.901	26.771	42.787	81.691	183.223	249.356	2.969.570	4.146.322
Total em 2014	14.970	15.419	13.285	37.274	59.934	108.474	-	-	-	1.377

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens.

d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	%	2014	%
Maior devedor	55.040	1,9	66.307	1,6
Dez maiores devedores	326.548	11,0	312.588	7,5
Vinte maiores devedores	499.496	16,8	477.743	11,5
Cinquenta maiores devedores	835.983	28,2	829.051	20,0
Cem maiores devedores	1.144.804	38,6	1.199.732	28,9

e) Setor de atividade econômica

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	%	2014	%
Setor privado	2.969.570	100,0	4.146.699	100,0
Indústria	595.908	20,2	804.606	19,4
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	109.940	3,7	154.468	3,7
Alimentícia e bebidas	104.961	3,7	119.388	2,9
Artigos de borracha e plásticos	55.130	1,9	73.669	1,8
Extração de minerais metálicos e não metálicos	34.087	1,1	56.381	1,4
Química	48.917	1,6	63.722	1,5
Materiais não metálicos	35.378	1,2	52.125	1,3
Têxtil e confecções	39.745	1,3	51.821	1,2
Móveis e produtos de madeira	43.461	1,5	59.483	1,4
Autopartes e acessórios	22.481	0,8	38.817	0,9
Têxtil e confecções	20.435	0,7	33.144	0,8
Eletroeletrônica	18.728	0,6	25.768	0,6
Refino de petróleo e produção de álcool	11.962	0,4	15.828	0,4
Papel e celulose	23.212	0,8	16.418	0,4
Veículos leves e pesados	9.066	0,3	13.970	0,3
Artefatos de couro	11.493	0,4	14.539	0,4
Demais indústrias	6.912	0,2	15.065	0,4

f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				%	Provisão mínima requerida				
		Curso normal	Curso anormal	Total (1)	%		Específica		Total		
							Vencidas	Vencidas	Genérica	2015	2014
AA	-	68.367	-	68.367	2,3	-	-	-	-	-	-
A	0,5	452.213	-	452.213	15,2	-	-	2.261	2.261	1,2	2.291
B	1,0	2.161.679	6.467	2.168.126	73,0	4	61	21.617	21.682	12,1	32.095
C	3,0	2.877	50.657	53.534	1,8	147	1.372	86	1.605	0,9	1.853
Subtotal		2.685.116	57.124	2.742.240	92,3	151	1.433	23.964	25.548	14,2	36.239
D	10,0	9.204	32.167	41.371	1,4	428	2.789	920	4.137	2,3	6.956
E	30,0	11.065	15.490	26.555	0,9	807	3.840	3.320	7.967	4,4	9.650
F	50,0	12.451	14.922	27.373	1,0	1.781	5.686	6.226	13.687	7,6	32.366
G	70,0	1.250	11.540	12.790	0,4	2.190	5.987	675	8.952	5,0	14.988
H	100,0	14.271	104.970	119.241	4,0	34.024	70.946	14.272	119.242	66,5	133.633
Subtotal		47.351	179.089	227.330	7,7	39.230	89.142	25.613	153.985	85,8	197.593
Total em 2015		2.733.357	236.213	2.969.570	100,0	39.381	90.575	49.577	179.533	100,0	
%		92,0	8,0	100,0		21,9	50,5	27,6	100,0		
Total em 2014		3.831.827	314.872	4.146.699	100,0	46.520	115.537	71.775	233.832	100,0	
%		92,4	7,6	100,0		19,9	49,4	30,7	100,0		

(1) Inclui o valor dos resíduos das contraprestações, dos residuais parcelados e final, dos contratos de arrendamento mercantil com cláusula de variação cambial, que estão sendo questionados judicialmente.

g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Saldo inicial	233.832	386.358
Constituição/(Reversão) de provisão	(37.549)	(132.364)
Baixas para prejuízo	(16.750)	(20.162)
Saldo final (Nota 7f)	179.533	233.832
- Provisão específica (1)	129.956	162.057
- Provisão genérica (2)	49.577	71.775
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (3)	82.692	95.357
Renegociação de créditos no exercício	64.035	50.459

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;

(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e

(3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional	2.378	4.874
Total de disponibilidades (caixa)	2.378	4.874
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	15.802.257	8.722.175
Total caixa e equivalentes de caixa	15.804.635	8.727.049

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
Aplicações no mercado aberto:						
Posição bancada	4.523.109	1.425.833	3.231.686	14.380.755	2.881.733	43.767
Debêntures	4.523.109	1.425.833	3.231.686	14.380.755	2.881.733	43.767
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.813.679	-	-	-	19.971.549	914
Aplicações em depósitos interfinanceiros	9.813.679	-	-	-	19.971.549	914
Total em 2015	14.336.788	1.425.833	3.231.686	14.380.755	22.853.282	44.681
Total em 2014	14.719.999	3.212.836	2.212.932	14.628.489	20.448.545	806

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Rendas de aplicações em operações compromissadas:		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014

Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(4.852.601)	(5.845.460)
Superveniência de depreciação (Nota 3f - V).....	1.955.123	2.285.286
Total da depreciação acumulada (Nota 7b).....	(2.897.478)	(3.560.174)
Imobilizado de arrendamento.....	5.454.196	6.986.010

(1) A Bradesco Leasing apurou no exercício insuficiência de depreciação no montante de R\$ 330.163 mil (2014 - R\$ 380.555 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ 31.678 mil (2014 - R\$ 20.808 mil) com a realização de superveniência classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 298.485 mil (2014 - R\$ 359.747 mil) em resultado do período.

9) INVESTIMENTOS

a) **Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial".**

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social % (2)	Lucro líquido	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas			2015	2014	2015	2014
Serel Participações em Imóveis S.A. (3).....	320.000	1.844.875	257	-	1,7807	152.865	32.323	14.009	2.722	897
Aquarius Holdings Ltda.....	40.000	78.085	-	7.799	19,500	6.304	15.227	29.627	1.229	2.260
Total.....							47.550	43.636	3.951	3.157

- (1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicável;
 (2) Investimentos com participações inferiores a 20% entretanto foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial por serem as investidas integralmente controladas pela Organização Bradesco; e
 (3) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil (31.12.2014 - R\$ 528 mil).

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Aplicações por incentivos fiscais.....	25.989	25.989
Títulos patrimoniais.....	3	3
Outros.....	402	402
Subtotal.....	26.394	26.394
Provisão para perdas em outros investimentos.....	(19.579)	(19.579)
Total.....	6.815	6.815

10) IMOBILIZADO DE USO

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Custo líquido de depreciação	
	Taxa	Custo
Imóveis de uso:		
- Terras.....	-	2.713
- Edificações.....	4%	22.343
Outras imobilizações de uso.....	20%	155
Total em 2015.....	25.211	(22.249)
Total em 2014.....	25.211	(21.388)

11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

a) A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Valor contábil	
				2015	2014
Fevereiro/2005 (1).....	4.000.000	2025	100% CDI	13.159.222	11.833.754
Fevereiro/2005 (2).....	4.050.000	2025	100% CDI	13.159.259	11.976.189
Fevereiro/2005 (3).....	8.775.000	2025	100% CDI	28.367.611	25.857.089
Janeiro/2008 (4).....	6.750.000	2028	100% CDI	14.827.334	13.222.998
Junho/2011 (5).....	4.750.000	2016	100% CDI	6.733.180	6.541.627
Junho/2011 (5).....	4.750.000	2021	100% CDI	6.926.317	6.458.660
Outubro/2012 (6).....	10.000.000	2032	100% CDI	7.869.511	6.950.090
Total.....	43.075.000			91.042.434	82.840.407

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

(1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla 768.867 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 257.900 mil.

(2) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contanto da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla 1.268.758 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 425.577 mil.

Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:

(3) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla 3.178.625 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 1.066.200 mil.

Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:

(4) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla 765.819 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 170.153 mil.

(5) Simples, 190.000.000 (6ª emissão, duas séries, sendo 95.000.000 cada série), com valor unitário de R\$ 50,00, com data de emissão em 20 de junho de 2011, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 9,5 bilhões, com prazo de 5 anos a 1ª série e 10 anos a 2ª série, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla 8.642.389 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 673.935 mil da 1ª série e 6.165.269 debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 480.697 mil da 2ª série.

(6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10,0 bilhões, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10,0 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2015 contempla R\$ 427.606.487 mil debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 5.878.917 mil.

b) Repactuação de debêntures

Não houve repactuação das debêntures nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

c) Despesas de debêntures

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures no exercício somou R\$ 9.787.329 mil (2014 - R\$ 7.937.993 mil).

12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Obrigações por repasses

	Em 31 de dezembro - R\$ mil						
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
FINAME.....	4.317	4.132	3.887	10.453	16.087	40.243	79.119
Total em 2015.....	4.317	4.132	3.887	10.453	16.087	40.243	79.119
	5,5	5,2	13,2	20,3	50,9	100,0	
Total em 2014.....	6.886	12.340	17.164	29.296	57.989	20.568	144.245
	4,8	8,6	20,3	40,2	14,2	100,0	

b) Despesas de operações de empréstimos e repasses

O montante das despesas de operações FINAME no exercício somou R\$ 3.213 mil (2014 - R\$ 6.038 mil).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, na qual excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 077/0 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a) opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

• R\$ 1.471 mil (2014 - R\$ 114.674 mil) pleiteia, isoladamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI. No exercício houve redução de R\$ 97.466 mil referente ao trânsito em julgado favorável em dois processos de CPMF.

• IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 107.610 mil (2014 - R\$ 135.604 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativa aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2014.....	25	72.969	274.952
Atualização monetária.....	1	8.692	21.086
Constituições líquidas de reversões.....	(26)	5.985	(121.848)
Pagamentos.....	-	(12.385)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 14).....	-	75.261	174.190

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

As provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Leasing são consideradas de longo prazo devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetiva, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.174.498 mil (2014 - R\$ 1.150.717 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisões fiscais (Nota 13b) (1).....	174.190	274.952
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c).....	570.160	645.649
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	-	152
Impostos e contribuições a recolher.....	1.676	2.036
Total.....	746.029	922.789

(1) Em 2015, inclui reversão da provisão de CPMF, referente ao trânsito em julgado favorável dos processos: P.A.-16327.001214/2004-92 no valor de R\$ 31.876 e P.A.- 16327.001254/2004-34 no valor de R\$ 65.590 mil (Nota 18).

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b).....	2.582.987	2.912.667
Provisões civis (Nota 13b).....	75.261	72.969
Obrigações por aquisição de bens e direitos.....	1.748	1.608
Provisões trabalhistas (Nota 13b).....	-	25
Outras (1).....	62.675	14.077
Total.....	2.722.671	3.001.346

(1) Em 2015, foi efetuada provisão para pagamento de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA no valor de R\$ 97.466 mil referente a débitos não honrados pelos arrendatários, sendo que R\$ 47.171 mil já foram pagos neste exercício.

15) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.290.000 mil (2014 - R\$ 2.290.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 23.422 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros.....	807.832	693.225
- Reserva legal (1).....	244.080	229.514
- Reservas estatutárias (2).....	563.752	463.711

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
 (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos/juros sobre o capital próprio, intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

8) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Devedores por depósitos em garantia.....	399.401	443.372
Impostos e contribuições a compensar/recuperar.....	296.732	235.979
Créditos tributários (Notas 22c e 22d).....	254.643	250.947
Pagamentos a ressarcir.....	12.886	16.254
Devedores por compra de valores e bens.....	-	1.377
Outros.....	1.875	4.500
Total.....	965.537	952.429

Demonstrativo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido.....	291.307	399.557
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(14.566)	(19.978)
Base de cálculo.....	276.741	379.579
Dividendos propostos (1).....	-	-
Juros sobre o capital próprio (2) (Nota 21a).....	176.700	177.000
Imposto de renda retido na fonte.....	(26.505)	(26.550)
Valor líquido a pagar.....	150.195	150.450
Percentual em relação à base de cálculo.....	54,3%	39,6%
Valor em reais por ação.....	6.412,56	6.423,45

(1) Em 31.12.2015 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre o capital próprio distribuídos serem superiores ao mínimo obrigatório de 25%; e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação da Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 233.717 mil (2014 - R\$ 236.479 mil).

Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 570.160 mil (2014 - R\$ 645.649 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 488.781 mil (2014 - R\$ 571.321 mil), atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 81.346 mil (2014 - R\$ 74.007 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 33 mil (2014 - R\$ 82 mil), e reserva de reavaliação (2014 - R\$ 239 mil), respectivamente, inclui, em 2015, o montante de R\$ 4.852 mil, relativo à majoração da alíquota da CSLL, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/07, a Bradesco Leasing está dispensada de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais encontram-se registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099/74, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

c) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

d) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

e) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

DIRETORIA
Conselho de Administração
Presidente

Lázaro de Mello Brandão

Membros

 Aurélio Conrado Boni
 Carlos Alberto Rodrigues Guilherme
 Milton Matsumoto
 José Alcides Munhoz

Vice-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretor-Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretoria
Diretores Vice-Presidentes

 Domingos Figueiredo de Abreu
 Sérgio Alexandre Figueiredo Clemente
 Alexandre da Silva Glüher
 Josué Augusto Pancini
 Maurício Machado de Minas
 Marcelo de Araújo Noronha

Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores

Luiz Carlos Angelotti

 Marcelo da Silva Rego
 Contador – CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e ao Acionista da

Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 7b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 27 de janeiro de 2016


 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP028567/O-1 F SP

 Rodrigo de Mattos Lia
 Contador CRC 1SP252418/O-3